

**CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO
DO TOCANTINS - CAU/TO**

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2021**

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO TOCANTINS - CAU/TO

Demonstrações contábeis

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balanco patrimonial

Balanco financeiro

Balanco orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021, DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO TOCANTINS - CAU/TO

1. Informações Gerais

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Tocantins - CAU/TO, criado pela Lei nº 12.378/2010 tem como principais atividades orientar e fiscalizar o exercício da profissão do arquiteto e urbanista.

Dotado de personalidade jurídica, encontra-se vinculado à Administração Indireta e funciona como Autarquia Federal Especial, tendo sua estrutura e organização estabelecidas em seu Regimento Interno. A Entidade goza de isenção tributária, com base na Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB de 1988 art. 150 Inciso VI.

O Conselho está localizado na Quadra 103 Sul, Rua SO 5, nº 12, Sala 104, Cep 77015-018, Palmas/TO.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1. Base de preparação

As Demonstrações Contábeis estão fundamentadas na Lei nº 4.320/64 e em consonância com o Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 06/18, e Portaria STN nº 877 de 18/12/2018, 8ª edição, e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público conforme NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, NBC TSP 07, NBC TSP 11 e NBC TSP 16.

2.2. Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível.
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da entidade.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (*Nota 3.4*), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (*Nota 3.2.1*) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (*Nota 3.8*). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

3. Políticas Contábeis

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitem 3.2.1), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2. Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.

3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

- a) **Implantação de política contábil em 2017** - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/TO procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2017.
- b) **Base de mensuração** - Média ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios anteriores ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2020.
- c) **Julgamento pela aplicação** - Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/TO, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo médio de aquisição, sendo dada baixa automática, uma vez que são aquisições para consumo imediato, não havendo estocagem de materiais no Conselho.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por “*impairment*”, quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/TO segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR e Orientação Técnica nº 01/2017 expedida pela Assessoria Contábil do CAU/TO, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>	<u>Valor residual</u>
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos	5	10%
Máquinas e equipamentos	10	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Biblioteca	0	0%
Obras de arte	0	0%
Utensílios de copa e cozinha	10	10%
Sistemas de processamento de dados	10	10%
Instalações	10	10%
Obras em andamento	0	0%
Terrenos	0	0%
Edificações	25	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por *impairment* em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 10.

Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/TO procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2017.

Base de mensuração - O CAU/TO adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.

4. Gestão de Risco Financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

- a) **Risco de Crédito:** O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

i) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo; e

ii) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) **Risco de mercado:** O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.

c) **Risco de liquidez:** O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Banco conta movimento	-	-
Aplicações financeiras	1.081.062	947.561
	1.081.062	947.561

As aplicações financeiras estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários e títulos de renda fixa emitidos e compromissados pelas instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

6. Créditos de curto prazo

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Créditos de anuidades do exercício	211.372	189.331
Créditos de anuidades de exercícios anteriores	501.543	386.231
(-) Provisão para devedores duvidosos	(436.439)	(323.839)
	<u>276.476</u>	<u>251.723</u>

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

Os créditos de curto prazo, apresentados na tabela acima mostra uma elevação significativa em relação ao exercício anterior, isso se deve ao aumento de parcelamentos e a quantidade de novos profissionais e a reversão de provisão para devedores duvidosos que houve após nova análise no quadro hoje existente.

Em 2021, o percentual médio de anuidades pessoas físicas dos exercícios 2012 a 2019 ficou reduzido em 23,5%, com isso, registrou-se o percentual médio de 76,5% de inadimplência. Já o percentual médio de anuidades pessoas jurídicas dos exercícios 2012 a 2019 ficou reduzido em 5,4%, logo, registrou-se o percentual médio de 94,6% de inadimplência.

7. Demais Créditos e Valores a Curto Prazo

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Adiantamento concedido a pessoal	4.178	3.294
Devedores da entidade	659	662
Entidades públicas devedoras	3.205	3.084
	<u>8.042</u>	<u>7.040</u>

Os créditos acima, referem-se as contas transitórias com compensação nos meses subsequentes, são contas de adiantamento.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

8. Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prêmios de seguros a apropriar	1.440	1.547
Assinaturas e anuidades a apropriar	2.597	2.000
	<u>4.037</u>	<u>3.547</u>

Nesse subgrupo, encontram-se os títulos prêmio de seguros a apropriar bem como as assinaturas e anuidades a apropriar, podendo seus valores variarem para menos ou mais à medida que há o reconhecimento da despesa.

9. Imobilizado

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

	<u>Custo</u>	<u>Depreciação Acumulada</u>	<u>Líquido</u>	
			<u>2021</u>	<u>2020</u>
Móveis e utensílios	69.362	(54.366)	14.996	20.590
Máquinas e Equipamentos	31.366	(23.504)	7.862	10.743
Instalações	16.941	(13.720)	3.221	4.745
Veículos	74.800	(66.198)	8.602	8.602
Equip. de proces. de dados	40.804	(30.733)	10.071	15.106
Terrenos	270.000	-	270.000	270.000
Obras em andamento	77.100	-	77.100	77.100
Total	<u>580.373</u>	<u>(188.521)</u>	<u>391.852</u>	<u>401.482</u>

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

	31.12.2020	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2021
Móveis e utensílios	68.759	603	-	(54.366)	14.996
Máquinas e equipamentos	31.366	-	-	(23.504)	7.863
Instalações	16.941	-	-	(13.720)	3.220
Veículos	74.800	-	-	(66.198)	8.602
Equipamentos de processamento de dados	38.305	2.499	-	(30.733)	10.071
Terrenos	270.000	-	-	-	270.000
Obras em andamento	77.100	-	-	-	77.100
Total	577.271	3.102	-	(188.521)	391.852

10. Obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar a curto prazo

Descrição	2021	2020
Férias	48.420	62.800
INSS	10.410	13.502
FGTS	3.874	5.024
PIS/PASEP	530	639
Total	63.233	81.966

Provisões de férias e encargos acumulados no exercício para pagamento e baixa em exercícios seguintes

11. Fornecedores

	2021	2020
Restos a pagar processados	81.536	1.500
	81.536	1.500

12. Demais Obrigações a Curto Prazo

Descrição	2021	2020
IRRF/COFINS/CLSS/PIS A RECOLHER	13.90	5
Total	13.290	5

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

13. Provisão para riscos processuais

A Entidade é parte em determinados processos oriundos do curso normal do seu funcionamento, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021.

Conforme relatório de ações judiciais emitido pela Assessoria Jurídica do CAU-TO, constam em curso algumas ações, as quais se encontram em grau de recursos para o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com sede em Brasília, com perda classificada conforme descrição abaixo.

Perda Possível - Valor R\$ 1.000,00, Processo 13756-24.2014.4.01-4300.

Natureza das contingências

A Entidade é parte envolvida em processos cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

14. Patrimônio Líquido

Descrição	2021	2020
Superávit ou Déficit do Exercício	186.464	189.703
Superávit ou Déficit Acumulado de Exercícios Anteriores	1.531.304	1.439.127
Ajustes de Exercícios Anteriores	(110.936)	(97.526)
Patrimônio Líquido	1.606.831	1.531.304

15. Partes relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2021 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/TO, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2021, não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

16. Receitas por natureza

Classificação	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Contribuição	419.079	390.458
Exploração e venda de bens e serviços	432.323	365.339
Receitas financeiras	74.673	42.569
Transferências Recebidas	354.230	343.591
Outras receitas	5.305	3.173
Total	<u>1.285.609</u>	<u>1.145.131</u>

17. Despesas por natureza

Classificação	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Despesa com Pessoal	701.591	668.087
Despesa Uso de Material de Consumo e Serviços	258.206	244.546
Depreciação, Amortização e Exaustão	12.732	13.453
Transferências Intergovernamentais	126.616	29.341
Redução a Valor Recuperável a Ajustes para Perdas	-	-
Total	<u>1.099.145</u>	<u>955.428</u>

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

18. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

<u>Resultado Patrimonial</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Varição Patrimonial Aumentativa (Receita)	1.285.609	1.145.131
(-) Variação Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(1.099.145)	(955.428)
(=) Superávit Patrimonial apurado	<u>186.464</u>	<u>189.703</u>
<u>Resultado Orçamentário</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita Orçamentária Arrecadada	1.149.920	1.035.889
(-) Despesas Empenhadas	(1.111.141)	(936.569)
(=) Superávit Orçamentário Apurado	<u>38.779</u>	<u>99.320</u>
<u>Resultado Financeiro</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Saldo Disponível Apurado	1.081.062	947.561
(-) Passivo Financeiro	(160.676)	(83.685)
(=) Superávit Financeiro Apurado	<u>920.386</u>	<u>863.875</u>

19. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2021, é assim demonstrada:

<u>Item</u>	<u>Tipo de cobertura</u>	<u>Importância segurada</u>
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	360.000
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 2 veículos	100% Fipe
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	-
Lucros cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais	-
		<u>360.000</u>

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em Reais)

20. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/TO, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

21. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2021.

31 de dezembro de 2021.

Welideive dos Santos Oliveira Assessor Contábil CAU-AP CRC-TO 004769/O-2	Silenio Martins Camargo Presidente do CAU-TO
--	---